

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_\_, DE 2019**

(Da Sra. Fernanda Melchionna e outros)

*Solicita ao Ministro de Estado da Secretaria de Governo, Sr. Luiz Eduardo Ramos, informações acerca da exclusão da atenção à população LGBTI+ das informações sobre alternativas de prevenção nas campanhas de prevenção ao HIV/AIDS*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações do Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Governo, Sr. Luiz Eduardo Ramos, acerca da exclusão da atenção a grupos vulneráveis, especialmente gays, trans e travestis, de informações sobre alternativas de prevenção nas campanhas de prevenção ao HIV/AIDS.

1. A Secretaria de Governo, por meio da Secretaria de Comunicação Social, reconhece que houve mudança de abordagem na linha editorial das campanhas de comunicação para HIV/Aids? Por que motivo e baseado em que dados científicos tais mudanças no “padrão de comunicação” passaram a invisibilizar populações consideradas prioritárias para a epidemia? O Ministério reconhece que a população LGBTI+, sobretudo homens gays (ou HSH) jovens, além de negros e pardos, constituem uma população bastante específica<sup>1</sup> em que a epidemia se concentra?

---

<sup>1</sup> <https://nacoesunidas.org/programa-da-onu-explica-quem-sao-as-populacoes-chave-na-resposta-ao-hiv/>

2. Em 2010, o então deputado federal e atual Presidente da República afirmou em rede nacional que “o pessoal vive na vida mundana e depois vem cobrar do poder público um tratamento que é caro”, ao tecer considerações acerca de pessoas com doenças sexualmente transmissíveis. As posições do Presidente justificam a exclusão da divulgação de campanhas de prevenção focadas em pessoas LGBTI, incluso a divulgação dos serviços oferecidos pelo SUS?
3. Quais foram as diretrizes que orientaram os servidores, na atual gestão, a decidirem sobre a abordagem das campanhas realizadas para HIV/Aids?
4. Houve alguma determinação explícita para que pessoas LGBTI+ fossem invisibilizadas e excluídas do foco das referidas campanhas? De que autoridade partiu essa determinação? Solicitamos cópia do ato administrativo que ampara essa decisão. Solicitamos, também, e-mails, documentos e atas de comunicações deste Ministério sobre o tema.
5. A Secretaria de Governo considera que a inclusão de pessoas LGBTI+ em campanhas publicitárias ofende as famílias? O Ministério avalia e assume que o julgamento moral sobre práticas sexuais, escolhas, orientação sexual e identidade de gênero podem surtir efeito positivo para o controle da epidemia?
6. Existe equipe de comunicação dedicada exclusivamente as campanhas de prevenção ao HIV/Aids e demais ISTs? Quantos servidores foram exonerados do quadro funcional do Ministério e quantos foram realocados? Que fatos motivaram o referido ato?
7. Qual o valor total gasto pela campanha pelo Ministério com a contratação de serviços de comunicação sobre o combate e prevenção ao HIV/AIDS? Informar quais são as agências de publicidade contratadas pelo Governo Federal, por intermédio da administração direta ou indireta, seus Ministérios, empresas ou autarquias direta ou indiretamente relacionadas

com as campanhas de prevenção ao HIV/AIDS; Quais os prazos de vigência de cada contrato? Quais os valores dos contratos? Quais as campanhas publicitárias previstas para o ano de 2019? Quais os planos de mídia? Qual o custo desembolsado para a contratação de fornecedores que viabilizem a produção das campanhas sobre o tema supracitado? Em que veículos e fontes foram disponibilizadas peças das campanhas?

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil foi vanguarda nas campanhas de prevenção ao HIV/Aids, o que tornou o país uma referência mundial no assunto. Nos últimos anos, entretanto, os casos de HIV/Aids no Brasil cresceram. De acordo com a UNAIDS, entre 2010 e 2018 houve um crescimento de 21% nos casos, fazendo com que o Brasil figure entre os maiores índices na América Latina. No Brasil, até hoje foram detectados 966.058 casos de aids, sendo que no último ano foram detectados 43.941 novos casos de HIV e 31.161 casos de aids.

Essa situação é grave, mas ao longo dos últimos anos vinha sendo combatida com uma resposta bastante inovadora e reconhecida internacionalmente, baseada em dados científicos e, na perspectiva de, sendo a AIDS um problema fortemente social, as respostas de combate e prevenção deveriam ser construídas junto aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Nos últimos anos, essa política fez com que o Brasil saísse de índices de infecção próximos ao de países como África do Sul e chegasse a índices menos graves. Essa resposta brasileira à epidemia, no entanto, tem passado por um processo de sucateamento.

A mudança nas respostas é mais um movimento que se soma a outros recentes que demonstram descompasso com a crescente necessidade de ações objetivas para o combate ao HIV/AIDS. É de preocupação generalizada entre as pessoas que vivem com HIV/aids os efeitos do desmonte que a PEC 95

pode exercer nas políticas públicas para o tema. O presidente Jair Bolsonaro já declarou publicamente, enquanto era deputado federal, que as pessoas vivendo com HIV/aids não devem ser alvo de políticas públicas do governo. Há relatos recorrentes de pessoas soropositivas idosas nestas condições que estão tendo seus direitos de aposentadorias retirados em perícias médicas do INSS. O Ministério da Saúde tem mudado as campanhas de prevenção ao HIV/aids e outras ISTs deixando de dar atenção a públicos que historicamente são atingidos pela doença, como as populações de homens gays, travestis e transexuais, população negra, trabalhadoras sexuais e jovens, com o próprio ministro afirmando publicamente que duvida da efetividade das campanhas e que elas não podem ofender famílias. Há movimentos conservadores sendo estimulados por diversos ministérios que dificultam o trabalho de prevenção nas escolas, com constante proselitismo contra o respeito à diversidade sexual e de gênero.

Posto isso, considerando que as estratégias de comunicação são fundamentais na construção das políticas de combate ao HIV/AIDS, é preocupante que se mude a abordagem, assumindo um discurso culpabilizante ou até aterrorizante, e exclua um grupo de pessoas que merece atenção especial, como LGBTs, pessoas negras e trabalhadores sexuais, além de excluir o debate sobre estratégias de prevenção combinada – como o PREP -, reduzindo a prevenção apenas ao uso de preservativos, ignorando o leque existente de alternativas.

Nestes termos, requer o encaminhamento.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 2019.

Fernanda Melchionna  
Vice-Líder do PSOL

Ivan Valente  
Líder do PSOL

Áurea Carolina  
PSOL/MG

David Miranda  
PSOL/RJ

Edmilson Rodrigues  
PSOL/PA

Glauber Braga  
PSOL/RJ

Luiza Erundina  
PSOL/SP

Marcelo Freixo  
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim  
PSOL/SP

Talíria Petrone  
PSOL/RJ